



4195580



08106.002735/2017-58

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA****EMENTA****NECROPAPILOSCOPIA****NECRO**

Informações gerais:	Modalidade: Curso a distância Carga Horária: 60h/aula Área da Matriz Curricular Nacional: Área temática VIII – Funções, técnicas e procedimentos em segurança pública.
Apresentação:	Ao estudar e compreender a função da necropapiloscopia, espera-se que essa atividade pericial especializada seja mais aproveitada. Muitas vezes, a perícia necropapiloscópica não é requerida pelas autoridades competentes, as quais não conhecem sua aplicabilidade. A aplicação deste método de identificação deve ser excluída antes da utilização de outros mais dispendiosos. Assim, o propósito deste curso é divulgar, para os agentes da Segurança Pública no Brasil, o trabalho desenvolvido pelos profissionais da papiloscopia que realizam essa perícia de identificação humana post mortem, e discutir questões ligadas à identificação cadavérica e seu importante destaque na comprovação ou esclarecimento de identidade de pessoas.
Público de Interesse:	O curso se destina a Policiais Federais, Rodoviários Federais, Militares, Cíveis, Guardas Municipais e Profissionais da Perícia.
Requisitos:	Este curso exige aprovação anterior nos cursos de Papiloscopia 1 e Papiloscopia 2 ou Perícia Papiloscópica em Identificação Humana 1.
Recomendações:	Recomenda-se que você tenha disponibilidade de 5 a 7 horas por semana para a realização das atividades.
Conteúdo Programático:	Módulo 1 – Conceitos gerais e aplicações da necropapiloscopia Módulo 2 – Biossegurança na necropapiloscopia Módulo 3 – Identificação de cadáveres em morte recente e condições especiais Módulo 4 – Identificação de vítimas em desastres.
Referências Bibliográficas:	BRASIL. Procedimento operacional padrão: perícia criminal. Brasília: Ministério da Justiça: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2013.

CDC. CENTERS OF DISEASE CONTROL AND PREVENTION.
Laboratory risk assessment: what, why and how. Study Booklet.
Atlanta, 1998.

CROCE, D.; CROCE Jr., D. **Manual de medicina legal.** 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DANTAS, M. L. **Laudo pericial e a obrigatoriedade de sua fundamentação: Doutrinas.** Disponível em:
<http://www.jurisite.com.br/doutrinas/administrativa/doutadm40.html>.
Acesso em: 5 jul. 2014.